

EDITORIAL

A Revista e-Curriculum tem a satisfação de colocar disponível ao público mais uma edição com a publicação de artigos científicos e uma entrevista, contribuindo assim para reafirmar a relevância da produção científica da área de educação no âmbito das ciências humanas e para fortalecer a cultura livre e aberta de acesso ao conhecimento e de circulação de resultados de investigações. Caracterizada como uma revista gestada e gerada como digital, sua gênese reside em tornar o conhecimento mais acessível, mais fácil de ser encontrado por meio de mecanismos automáticos de busca, com alto potencial de propiciar o estabelecimento de inter-relações entre textos de distintas origens e fontes, impulsionando a produção de novos conhecimentos.

A edição atual da Revista e-Curriculum, conforme apresentada a seguir, se estrutura em doze (12) artigos e uma entrevista, cuidadosamente organizados a partir de rigorosas avaliações do comitê científico e selecionados para contemplar a diversidade de abordagens, de origem dos autores e de contextos investigados, e de temas relevantes da atualidade com resultados significativos.

De autoria de Carlos Alberto Ferreira, professor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, o artigo intitulado “Os (des)arranjos curriculares na formação inicial portuguesa de educadores de infância e de professores dos 1º e 2º ciclos do ensino básico” problematiza as diretrizes estipuladas pelo governo português para a formação inicial desses educadores quanto ao domínio dos conhecimentos científicos que irão ensinar e a sua transmissão em sala de aula em decorrência do processo de Bolonha que influencia os currículos dos curso de formação desses profissionais.

No artigo intitulado “As políticas educacionais e o ensino em questão” de Guilherme Basílio, professor da Universidade Pedagógica de Moçambique, são analisadas as políticas educativas, a relação entre o sistema de ensino e as escolas e a contribuição das instituições internacionais na organização e gestão da educação em Moçambique. O texto destaca, sobretudo, o impacto das instituições internacionais como o Banco Mundial na definição e na implementação das políticas educativas e seus financiamentos do setor educacional em Moçambique.

Com o título “Avaliação e reformulação de currículo: relações que se (des)encontram na prática”, Antonio Pereira, professor da Universidade Federal da Bahia-Campus I –

Salvador, problematiza a relação entre avaliação e reformulação curricular a partir da análise de artigos publicados em eventos científicos e revistas no campo do currículo. A organização dos dados demonstrou escassez da temática avaliação de currículo, bem como da relação avaliação e reformulação curricular, mostrando o desencontro dessa relação nas narrativas e proposições de autores que descrevem as experiências sobre reformulação/construção curricular.

Os autores Adriana Regina de Jesus Santos, Rosana Pereira Lopes e Rogerio da Costa, da Universidade Estadual de Londrina, com o artigo intitulado “Os sentidos referentes à classe social e relações de poder presentes no contexto das teorias curriculistas tradicionais e críticas”, apresentam os resultados de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida com o objetivo de identificar e analisar os sentidos que emergem das teorias do currículo tradicionais e críticas referentes à classe social e às relações de poder na escola. Como resultado, o estudo indica a concepção crítica de currículo como favorecedora da emancipação e da contestação.

No artigo “Elementos de inclusividade e cultura escolar: outras perspectivas para a análise de uma prática curricular inclusiva”, os autores Amélia Maria Araujo Mesquita e Genylton Odilon Rêgo Rocha, da Universidade Federal do Pará, dedicam-se a especificar parâmetros para caracterizar práticas curriculares com elementos de inclusividade analisados segundo a categoria cultura escolar. Tratam da inclusão como elemento produzido gradualmente pela escola superando a perspectiva de um modelo externo a ser adotado para esta tornar-se inclusiva. Concluem que a prática curricular efetivamente inclusiva oferece ao aluno condições favoráveis para participar, produzir e se apropriar da cultura da escola.

O artigo intitulado “Das adaptações às flexibilizações curriculares: uma análise de documentos legais e revistas pedagógicas”, de autoria de Renata Porcher Scherer, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e de Patrícia Gräff, da Universidade Federal da Fronteira Sul, busca entender os modos como o currículo foi moldado para atender às metas estabelecidas para a educação nos últimos anos do século XX. As autoras concluem que as adaptações curriculares e flexibilizações visam atender às demandas de uma educação que esteja em consonância com as transformações sociais para atender as necessidades individuais dos escolares.

Os autores, Walter Cavalcante Costa, Amara Cristina de Barros e Silva Botelho, da Universidade de Pernambuco, Campus Mata Norte, apresentam o artigo “Literatura e Estado:

tal lugar, qual valor?”. Considerando que os estudos literários não se constituem como disciplina específica do currículo no Brasil e sim como parte integrante da disciplina de Língua Portuguesa do ensino fundamental, os autores registram a não valorização da literatura e de suas contribuições para a língua portuguesa, observando os impactos gerados pelo neoliberalismo na educação brasileira que atingem o currículo e a literatura.

Com o título “A metodologia da investigação temática: elementos político-epistemológicos de uma práxis de pesquisa crítico-emancipatória”, os autores Alexandre Saul, da Universidade Católica de Santos e Ana Maria Saul da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, homenageiam Paulo Freire, na celebração de 20 anos de sua ausência. Os autores ressaltam a originalidade da obra de Freire para o campo das ciências humanas e sociais. Destacam que essa abordagem de pesquisa apoia-se na epistemologia dialética, constituindo-se em marco teórico para metodologias participativas. Essa forma de investigar, que carrega em si os princípios da educação crítico-emancipatória, busca compreender, criticar e enfrentar os mecanismos que sustentam a desigualdade e a exploração nos níveis local, médio e macro da estrutura social.

O artigo “Políticas educacionais democratizantes no Brasil e a internacionalização das avaliações das escolas em um contexto emergente”, dos autores Zoraia Aguiar Bittencourt, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) - Campus Erechim/RS e Marília Costa Morosini, da PUC-RS, apresenta uma análise das políticas educacionais brasileiras de acesso escolar em um cenário de avaliações externas voltadas à internacionalização da educação. Os resultados do estudo, que tomou como base os trabalhos publicados de 2010-2015 nas Reuniões da ANPED, evidenciam a presença de políticas nacionais democratizantes limitadas por pressões internacionais e a tensão criada entre os contextos tradicional, neoliberal e emergente.

Os autores Janete Magalhães Carvalho, Sandra Kretli Silva e Tânia Mara Zanotti Guerra Frizzera Delboni, da Universidade Federal do Espírito Santo, apresentam uma pesquisa bibliográfico-documental no artigo “Base Nacional Comum Curricular e a produção biopolítica da educação como formação de ‘capital humano’”. A partir da análise dos enunciados discursivos expressos no *site* oficial do Movimento pela Base Nacional Comum Curricular, as autoras problematizam essa Base e identificam a necessidade de criar um movimento no plano de imanência do currículo que se contraponha ao biopoder, em conexão com múltiplos contextos e cotidianos escolares.

No artigo “Os usos das tecnologias digitais na escola: discussões em torno da fluência digital e segurança docente”, os autores Alaim Souza Neto, do Instituto Federal de Santa Catarina, e Geovana Mendonça Lunardi Mendes, da Universidade Estadual de Santa Catarina, apresentam um estudo de abordagem etnográfica sobre o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) nas práticas escolares realizado por professores de uma escola pública da rede municipal de Florianópolis, com o objetivo de mapear a fluência digital e a apropriação tecnológica do professor. Como resultado emerge a insegurança docente como uma das barreiras ao uso das TDIC na escola.

Com o título “Prática pedagógica e didática humanizadora: materialidade de pressupostos de Paulo Freire”, os autores Maria Margarete Sampaio de Carvalho Braga, da Universidade Estadual do Ceará, e Maurício Cesar Vitória Fagundes, da Universidade Federal do Paraná Litoral (UFPR/Setor Litoral), apresentam duas pesquisas qualitativas do tipo etnográfico, objetivando reconhecer ações e relações relacionadas com a construção de uma didática humanizadora na Educação Básica e Superior. Os resultados mostram a ocorrência de práticas participativas nas quais os estudantes assumem a condição de sujeitos sociais, a reconstrução das bases que podem sustentar uma didática humanizadora e a constituição de uma práxis transformadora.

Além desses artigos, a edição apresenta uma entrevista com a professora Margareth Rago, da Universidade Estadual de Campinas, referência em estudos sobre “Os impactos dos feminismos e dos estudos de gênero no currículo educacional”. Realizada por Fabiane Freire França e Delton Aparecido Felipe, docentes da Universidade Estadual do Paraná - Campus de Campo Mourão, PR, a entrevista apresenta uma análise esclarecedora sobre polêmicas atuais no campo das Teorias Feministas e dos Estudos de Gênero e seus impactos nos currículos educacionais.

O conjunto de trabalhos apresentados nesta edição da Revista e-Curriculum engloba uma diversidade de temas, problemas e referenciais teórico-metodológicos, que incitam novas reflexões sobre currículos e práticas educacionais e conclamam novas problemáticas de investigação.